

Toffoli agora mira Transparência Internacional

Ministro do STF determinou o acesso a documentos do acordo de leniência da J&F para investigar eventual 'apropriação indevida de recursos públicos' pela organização, suspeita já descartada pela própria PGR em 2020; organização nega

DANIEL GULLINO E
RAFAEL MORAES MOURA
jullio@globo.com.br
morra

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que sejam enviados a ele documentos do acordo de leniência da J&F, controladora da JBS, para investigar a atuação da ONG Transparência Internacional, voltada ao combate da corrupção. O despacho ocorre uma semana após a entidade ter divulgado um ranking relacionado à percepção de corrupção em que o Brasil caiu dez posições. Na ocasião, a TI apontou medidas do Judiciário, inclusive uma sentença de Toffoli, para justificar a queda.

De acordo com o magistrado, o acesso aos documentos requeridos visa a apurar "eventual apropriação indevida de recursos públicos" por parte da organização não governamental, que nega ter recebido ou gerenciado valores do acordo.

Na decisão em que ordena o envio das informações pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Toffoli afirmou que é necessário apurar se a Transparência recebeu recursos destinados ao pagamento da multa da J&F. O ministro disse considerar que "atos gravíssimos" envolvendo a entidade não teriam passado

"pelo crivo do Judiciário e do Tribunal de Contas da União". No entanto, de acordo com o blog de Malu Gaspar, do GLOBO, essa suspeita já foi descartada em dezembro de 2020 em uma manifestação formal da própria PGR. Na ocasião, a subprocuradora Samantha Dobrowolski, então responsável pela comissão que avalia casos de corrupção, informou que "a Transparência Internacional não recebeu e tampouco receberá qualquer tipo de remuneração pela assistência prestada", escreveu. "Pelo contrário, desde a assinatura do memorando de entendimentos firmado entre todas as partes envolvidas, ficou estabelecida a proibição de qualquer transferência de recursos para que a instituição não governamental realizasse o apoio técnico cooperativo", completou.

DIVISÃO DOS VALORES

A suspeita de que a TI estaria recebendo recursos públicos indevidamente surgiu logo depois da divulgação das mensagens da Vaza-Jato, e foi encampada pelo então procurador-geral Augusto Aras, que chegou a mandar bloquear parte do dinheiro das multas da J&F para que o caso fosse investigado. Foi nesse contexto que Dobrowolski produziu o ofício de 13 páginas encaminhado a Aras.



Caso J&F: O ministro do STF Dias Toffoli ordenou que a PGR envie documentos para investigar ONG

Em agosto de 2021, uma sindicância na corregedoria-geral do MPF também concluiu que a ONG não teve qualquer participação no acordo.

Inicialmente, os R\$ 10,3 bilhões da multa seriam divididos em quatro partes de R\$ 1,75 bilhão a serem distribuídos para BNDES, União, Funcef e a Petros (Fundação Petróleos de Segurança Social), além de mais duas cotas de R\$ 500 milhões, uma para a Caixa e outra ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Outros R\$ 2,3 bilhões seriam reservados para a execução de projetos sociais. Mas o grupo,

PGR tenta reverter suspensão de multa da J&F

> Sob pressão, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, entrou com um recurso ontem para derrubar a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu em dezembro do ano passado a multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência de do grupo J&F. A informação é da coluna de Malu Gaspar, do GLOBO.

> O recurso é endereçado a Toffoli, relator do processo,

mas Gonet pediu que o ministro determine a redistribuição do caso para outro colega, ou reconsidere a liminar, ou ainda que envie a controladoria para o plenário.

> Gonet pediu a redistribuição porque o acordo da J&F foi contestado em uma ação que nada tem a ver com a empresa. Foi originalmente movida pelo presidente Lula para garantir acesso adiado do acordo da Odebrecht.

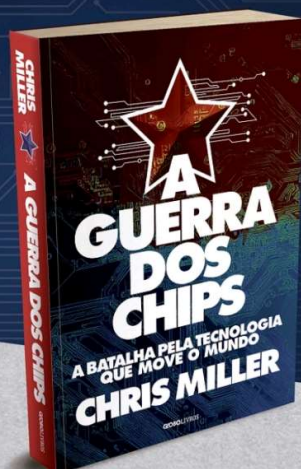
que concordou com a multa em 2017, questiona agora a cifra, alegando excessiva onerosidade e contestando os cálculos adotados.

A decisão foi tomada a pedido do deputado Rui Falcão (PT-SF). Inicialmente, o pedido foi enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas o ministro Humberto Martins encaminhou a ação ao STF, por entender que havia relação com outros processos relatados por Toffoli.

Em dezembro, Toffoli suspendeu o pagamento da multa da J&F, por considerar que "há no mínimo dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo".

Na semana passada, a ONG divulgou sua lista anual de percepção de corrupção. O Brasil ficou na 104ª colocação entre 180 nações avaliadas. A organização listou decisões do Judiciário que afetaram a queda, como a determinação de Toffoli de suspender pagamento de acordo de leniência. A ONG também já criticou outras decisões do ministro.

Em nota, a Transparência Internacional afirmou que são "falsas as informações de que valores recuperados através de acordos de leniência seriam recebidos ou gerenciados pela organização", escreveu.



O PODER GLOBAL DOS CHIPS

Neste envolvente livro de não-ficção, o historiador econômico Chris Miller narra a ascensão da indústria dos chips e suas enormes implicações geopolíticas. O autor explica o cenário complexo da disputa atual entre Estados Unidos e China pelo controle desta que se tornou a tecnologia mais importante do mundo industrializado.

DISPONÍVEL NAS LOJAS ON-LINE, LIVRARIAS E EM E-BOOK

GOBOLIVROS